

A insurreição e as suas consequências políticas (1987-1996)

nal de paz, orquestrada pelos americanos, que apoiavam o desejo do Partido Trabalhista de ceder a maior parte da Cisjordânia à Jordânia. O fracasso desta tentativa criou mais uma vez um vácuo, bem acolhido pelas elites políticas, que não pretendiam tomar decisões dramáticas, mas se revelou insupportável para os que se encontravam sob a ocupação.

O novo esforço no chamado processo de paz, iniciado após a guerra do Líbano, tomou três direcções. A primeira foi uma tentativa de resolver o impossível imbróglio libanês. Terminou em 1985 com uma divisão insatisfatória do poder entre Israel, a Síria, as milícias xiitas e o governo libanês, ficando cada um deles com uma parte da terra no Sul do Líbano, onde a OLP ainda tinha poder sobre os campos de refugiados palestinos empobrecidos. Após 1985, a milícia xiita Hezbollah encetou uma campanha de resistência de guerrilha, causando centenas de baixas israelitas em audazes ataques suicidas, emboscadas e confrontos directos com o exército israelita ocupante. A segunda direcção foi uma estranha aproximação entre Yasser Arafat e o rei Hussein, terminando num mandato limitado concedido pela OLP ao rei hachemita para negociar com Israel em seu nome o destino da Cisjordânia. A terceira direcção foi um diálogo aberto entre israelitas e palestinianos nos territórios ocupados, tanto a nível profissional e intelectual como político.

Dos três, o segundo pareceu inicialmente ser o mais produtivo. Munido com um mandato da OLP, o rei Hussein tentou chegar a um acordo com Israel numa série de negociações privadas e secretas com Peres e Rabin, que culminaram num esboço de acordo em Fevereiro de 1987. Mas os dois trabalhistas eram membros de um governo de coligação com o belicoso Yitzhak Shamir, que se recusou a ratificar o projecto, condenando ao fracasso mais um esforço de paz. O rei Hussein afirmou posteriormente que foi a tendência de Peres para divulgar todos os seus sucessos que destruiu esta hipótese de um acordo.

O fracasso do acordo encerrou um longo capítulo na «opção jordana» de Israel, mas abriu o caminho para um diálogo local israelo-palestino mais directo, que se intensificou e se tornou durante algum tempo o único eixo de negociação restante sobre o futuro da Palestina. Contudo, somente se transfor-mou numa opção válida após o eclodir da insurreição palestiniana de finais de 1987.

Após vinte anos de ocupação, a vida da maioria dos palestinianos nos territórios ocupados consistia numa rotina familiar mas quase intolerável. No início de 1987, era já claro que nenhum factor externo ajudaria a libertar o povo da situação difícil em que se encontrava. A questão palestiniana era a última na lista de prioridades em cimeiras árabes. Os palestinianos não podiam deixar de notar que, mesmo quando estes líderes tratavam a Palestina como uma prioridade, tinham muito pouco a oferecer em termos de soluções ou de libertação para o povo que vivia sob a ocupação ou em campos de refugiados. A estratégia política da OLP, conduzida de Tunes e baseada na construção de uma rede de segurança diplomática Cairo-Amã para Arafat, não produzia quaisquer soluções, quer para o problema da ocupação quer para o dos refugiados. A OLP parecia resignada à perda da sua pátria e ao fracasso dos palestinianos na obtenção da autodeterminação. A situação política israelita continuava atolada em inflexibilidade e intransigência, situação que se manteve desde 1967.

A única arena política animada era a da política local nos territórios ocupados. Contava com uma liderança nacional jovem constituída por profissionais liberais e elementos urbanos da classe média, cada um deles frouxamente ligado a um dos muitos grupos da OLP em Tunes. Mas a esta liderança faltava também uma estratégia clara para pôr fim à ocupação, uma deficiência frustrante que era acentuada nos anos 80 pela libertação de povos oprimidos no Leste Asiático, na Europa de Leste e na África do Sul.

Contra este pano de fundo, o historiador somente pode perguntar-se por que é que uma insurreição local tardou tanto. Ela acabou por ocorrer, e os seus líderes escolheram um termo já em uso nos movimentos de base do mundo árabe, *intifada* («sacudir»), para descrever a sua tentativa de pôr fim à presença israelita na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. Quando aconteceu, em Dezembro

de 1987, foi abrangente. A dimensão limitada das zonas ocupadas e a natureza do regime militar que lhes era imposto tornavam impossível a abstenção. Os vários governos israelitas nunca tinham relaxado o seu jugo e interferiam continuamente em todos os aspectos das vidas da população sob ocupação.

A insurreição forçou Israel a interromper temporariamente aquilo a que os sociólogos chamaram «anexação rastejante». A partir de 1987 verificou-se um processo identificável de gradual incorporação de territórios palestinos em Israel (quer na Grande Jerusalém quer através de colonatos), bem como a criação de autonomias dóceis noutras zonas, num padrão semelhante ao dos reinos tribais no Lesoto e aos bantustões sul-afrikanos.

A «anexação rastejante» tinha também dimensões económicas, a mais importante das quais era a absorção da mão-de-obra palestiniana excedentária pela economia israelita. Em 1987 Israel tinha já transformado a sua economia num sistema capitalista de mercado livre à moda de Reagan ou Thatcher. Tal economia requeria mão-de-obra barata e submissa proveniente dos territórios ocupados. Esse processo era facilitado por uma espécie de relação neocolonialista, com a delegação de poder municipal, económico e de assistência social em autarcas e chefes de conselhos locais cooperantes, uma estrutura de poder que permitia a Israel explorar ao máximo tudo o que os territórios ocupados tinham para oferecer a uma economia que, a vários títulos, não poderia ter sobrevivido sem eles (1).

A tentativa de governar por interposta pessoa, pelo menos nalgumas partes dos territórios, viu-se gorada pela dimensão diminuta desta parte da Palestina. O ímpeto do estabelecimento de colonatos judeus, por exemplo, era evidente em toda a parte, tanto para os que se encontravam em zonas anexadas como para os que viviam em zonas teoricamente autónomas. Os judeus instalaram-se em zonas definidas por todos os governos israelitas como vitais para a «existência» de Israel. Assim, estas zonas eram anexadas a Israel, e seriam excluídas de qualquer acordo ou compromisso territorial futuro sobre a Cisjordânia e a Faixa de Gaza.

A insurreição tinha todas as características de um movimento anticolonialista. A anexação rastejante resultara na integração da economia local na economia israelita. Criava uma relação de dependência que se tomara de longe o aspecto mais importante da vida sob a ocupação. Com excepção de 1975, um período em que a economia israelita deslizou para a recessão, o desenvolvimento deste mercado afectava algumas actividades económicas nos territórios ocupados. Em geral significava um aumento dos níveis de consumo e uma descida das taxas de desemprego. Estes dois factores levaram alguns investidores israelitas a falar de um processo bem sucedido de modernização nas zonas ocupadas (2). Mas o paradigma de dependência significava que não

existia qualquer investimento nas zonas palestinianas nem quaisquer estruturas de depósito e acumulação de capitais e lucros excedentários. De facto, estes dois indicadores de actividade económica, poupança e investimento, sofreram um declínio sob a anexação rastejante. Pior ainda, em termos económicos, foi o efeito sobre a indústria local. Os israelitas inundavam os territórios com os seus produtos a preços mais competitivos do que os das fábricas e produtores locais. Isto era acompanhado por agressiva uma campanha de promoção, com a hebraização de sinais e espaços públicos e da consciência individual.

A economia é uma questão de equilíbrio. A anexação rastejante produziria um fluxo económico em dois sentidos. Dos territórios ocupados vinha mão-de-obra barata e produtos pré-capitalistas, principalmente avaliados de acordo com o trabalho empregue na sua produção. Na outra direcção fluíam produtos resultantes mais de investimento de capitais do que de trabalho intensivo. De acordo com uma estimativa, tal significou que foram captados pela economia israelita lucros suplementares de cerca de dois mil milhões de dólares gerados nos territórios ocupados (3). Os trabalhadores que se deslocavam diariamente para trabalhar em Tel Aviv, as donas de casa que compravam leite israelita nas mercearias e os agricultores que traziam os seus legumes para o mercado não tinham consciência deste desequilíbrio, mas sentiam as consequências desta forma de neocolonialismo no seu orçamento diário e na quantidade de dinheiro suplementar a que tinham acesso.

A consciencialização do preço económico pago por depender do mercado dos invasores era visível ainda de outras formas. Era vista pelos trabalhadores palestinianos, que comparavam os seus salários com os dos seus colegas judeus (recebiam cerca de metade). Era também dolorosamente evidente para pessoas com profissões liberais, que tinham de pagar impostos a uma taxa que os burocratas tinham a liberdade de impor a uma população ocupada. Era evidente para os empresários, que tinham de passar por um processo humilhante e degradante de suplicas para obterem concessões e subcontratos. Por fim, era manifesta para os milhares de camponeses que se viram forçados a abandonar as suas propriedades agrícolas. Esta compreensão microeconómica é a melhor explicação da razão por que o discurso revolucionário sobre a necessidade de rebelião, de protesto, de dizer «basta!», era tão convincente.

Por consequência, em termos sociológicos as vítimas directas da ocupação eram os que produziam e não viam qualquer recompensa pelo seu investimento. A sua situação era reforçada pelas vítimas da Nakbah, os refugiados, no interior dos territórios ocupados. A natureza destes grupos impedia qualquer planeamento ou direcção sistemática de uma insurreição; seria inevitável que uma vaga de protestos os arrastasse consigo, mas ninguém podia saber como ou aonde a sua fúria os levaria. A insurreição foi uma eclosão geral de

desespero reprimido, de frustração e de fúria contra a exploração económica, a expropriação da terra, os maus-tratos diários, os colonatos judeus e a sensação de não ser possível escapar a uma ocupação de que os palestinianos eram vítimas há muito tempo. Veio acrescentar-se à hostilidade latente nas mentes e corações dos refugiados.

A intifada iniciou-se em Dezembro de 1987 nos campos de refugiados de Gaza, que, tal como os da Cisjordânia, albergavam 850 000 refugiados do total de 1,5 milhões de habitantes dos territórios ocupados naquela época. Um terço desta população era constituído por crianças de idade inferior a quinze anos, e segundo o relatório da UNRWA a média de idade nos campos era de vinte e sete anos ⁽⁴⁾. Os homens que conseguiam arranjar trabalho ganhavam a vida como trabalhadores indiferenciados, principalmente em Israel. Contudo, nas vésperas da intifada mais de 35% estavam desempregados. A família típica de cinco pessoas vivia num espaço de um quarto e meio, habitualmente com uma retrete no exterior e sem nada a que pudesse chamar-se uma *madafa*, uma sala de estar, um espaço importante para as famílias do Médio Oriente e para as suas relações com os vizinhos.

Os refugiados eram também o sector mais politizado da sociedade, o que provavelmente explica a razão por que tinham sido as principais vítimas da política israelita de punição colectiva nos dois anos anteriores à insurreição. O pior destes actos punitivos foi o selamento de casas, ou antes, choupanas, de refugiados. Tendo em consideração o espaço limitado que tais «casas» ofereciam na melhor das hipóteses, pode imaginar-se o efeito que essa medida punitiva teve sobre a população.

Embora a privação económica gerasse inevitavelmente motivação para a acção política, foi também responsável pela consequência mais amarga da ocupação israelita, o colaboracionismo. As duras condições tornavam fácil o recrutamento de colaboradores por parte dos serviços secretos de Israel, o Shabak. Os activistas políticos acabaram por retalhar, e muitos destes colaboradores foram mortos, alguns deles de forma brutal. Israel tentou mais tarde mudar alguns dos informadores para aldeias e bairros palestinianos na Galileia e em Wadi Ara, provocando a ira da população, que os considerava traidores. O governo israelita viu-se obrigado a procurar outros refúgios para eles.

No primeiro ano da intifada, 400 refugiados foram mortos em confrontos com o exército israelita. Dezenas de milhares foram feridos, de acordo com a maior parte das fontes, embora os israelitas afirmassem que não passavam de alguns milhares. Porém, todos concordam que a maioria dos feridos eram mulheres e crianças. Os feridos não somente eram vítimas de munições reais ou balas de borracha, mas também de espancamentos sistemáticos infligidos por soldados israelitas ou agentes da polícia de fronteiras ⁽⁵⁾. Embora os

israelitas não recorressem à expulsão em massa durante a intifada — fá-lo-iam em 1993 —, a maioria dos cerca de sessenta palestinianos expulsos eram refugiados. Apesar de este número ser relativamente baixo, o acto lançou mais sementes de ódio e animosidade.

Embora fossem os refugiados a iniciar a insurreição, o fardo de a manter viva coube à Palestina rural, à semelhança do que acontecera na revolta de 1936. Os agricultores demonstraram ser o factor mais significativo: manifestando-se, dirigindo os motins, apedrejando os invasores. O primeiro aldeão a ser morto pelos israelitas na insurreição exemplificou a participação rural na tentativa geral de pôr fim à ocupação. Talal Hawihi, um rapaz de dezassete anos, era de Beit Hanun, uma aldeia da Faixa de Gaza localizada nas imediações de um campo de refugiados, muitos dos homens do qual trabalhavam como trabalhadores indiferenciados em Israel. Foi morto quando participava numa série de acções perto da sua aldeia, de um tipo repetido por toda a parte na Cisjordânia e na Faixa de Gaza nos primeiros quatro meses da intifada. Estas incluíam apedrejar soldados, impedir trabalhadores de chegarem aos pontos de passagem para o outro lado e declarar as aldeias zonas libertadas, pelo menos durante alguns dias, antes de os soldados regressarem. Proclamavam a sua efémera libertação desfraldando a bandeira palestiniana em postes da electricidade, cobrindo as paredes das aldeias com pinturas e erigindo barricadas de sacos de areia ou lixo à volta da aldeia. A FDI reagiu a cada protesto bombardeando as aldeias com gás lacrimogénico e atacando-as em grande número. Posteriormente, o «amolecimento» incluiu o disparo de balas de aço em-volto em borracha em preparação para a reocupação israelita destas aldeias ⁽⁶⁾.

A coragem para defrontarem, quase desarmados, um exército altamente sofisticado provinha de várias fontes. Desempenharam um papel crucial os frequentes panfletos emitidos pelo Comando Nacional Unificado, servindo simultaneamente de jornal e de manual para a intifada. O Comando era um organismo criado rapidamente no início da insurreição, de que a OLP veio mais tarde a apropriar-se. Os seus panfletos ofereciam uma análise geral da ocupação em termos económicos e sociais e, o que era mais importante ainda, especificavam muito claramente os alvos exactos a serem atacados, tal como autocarros de transporte de trabalhadores para Israel ou para os colonatos, e os objectivos a serem alcançados, tais como a libertação das aldeias e o desmantelamento dos colonatos judeus.

Uma outra fonte de inspiração, bastante inesperada de uma perspectiva histórica, foi a comunidade palestiniana em Israel. Esta reagiu de uma forma ainda mais rápida do que a OLP em Tunes aos acontecimentos na Palestina ocupada. Algumas semanas após o início da insurreição, começou a organizar greves e manifestações num dia especial, chamado o «Dia da Paz», no qual

pela primeira vez a acção política era coordenada entre palestinianos de ambos os lados da linha verde. Os palestinianos em Israel anteciparam-se à es-querda judia ao chamarem a atenção para a forma particularmente brutal e implacável como a FDI e o Shabak estavam a reagir à intifada. Estas reacções incluíam detenções em massa sem julgamento, tortura durante os interroga-tórios, a concentração de todos os homens em aldeias recuadas e, nalguns casos, o seu espancamento brutal, e acima de tudo uma nova medida, o encer-ramento de aldeias como «áreas militares de segurança», proibindo a entrada e saída durante dias a fio. Este último método foi usado mais frequentemente após se tornar evidente que os meios de comunicação internacionais, especial-mente as cadeias de televisão, transmitiam imagens que, pela primeira vez desde 1948, apresentavam o problema da Palestina de uma forma que reflectia a narrativa palestiniana (7).

O contributo dos palestinianos em Israel, mais tarde apoiados por alguns sectores da esquerda judia, foi destacado pelos palestinianos dos territórios ocupados, que tinham decidido, apesar da sua própria luta, comemorar o Dia da Terra em 1988 como um marco significativo na insurreição rural. Este acto de solidariedade deu origem a uma associação na mente das pessoas de ambos os lados da linha verde entre a confiscação de terras e as mortes na Galileia em 1976 e actos similares, a uma escala mais alargada, nos territórios ocupa-dos em 1987. Chamou também a atenção para a natureza da dependência económica neocolonialista, tão notoriamente semelhante na relação de Israel com ambas as comunidades palestinianas.

Esta solidariedade conduziu a actos de resistência mais audaciosos e alar-gados. Por sua vez, a intensificação da insurreição brutalizou ainda mais os sol-dados e comandantes israelitas. Acrescentaram ao seu inventário de actos de punição colectiva a demolição de casas, a construção de alas vedações à volta dos campos de refugiados e a concentração de homens nos centros das aldeias, dos campos de refugiados e dos bairros para os maltratar e torturar. Os militares israelitas conseguiram levar a cabo em alguns meses um número de actos de brutalidade semelhante ao anteriormente infligido ao longo de um período de quase vinte anos. O romancista israelita David Grossman foi aclamado nacio-nalmente por prever a intifada num dos seus livros, *O Vento Amarelo* (8). Como romancista de grande sensibilidade, observara o ódio crescente nos olhos das crianças refugiadas que viviam sob a sombra da dureza israelita. Gideon Levy e Amira Hass, dois jornalistas do *Haaretz*, chamaram igualmente a atenção para a forma como esta herança de crueldade minaria as hipóteses de paz nos anos 90.

A semelhança da intifada com a revolta de 1936 era notável. O envolvi-mento em grande escala da Palestina rural garantiu a sua eficácia alargada:

metade das mortes da intifada verificou-se nas aldeias, a maioria das casas demolidas durante a insurreição localizava-se nas zonas rurais e as aldeias fo-ram as vítimas dos piores actos de retaliação. Já próximo do final da intifada, em 1991, o exército israelita utilizou o estrangulamento económico das aldeias como último recurso, cortando-lhes o fornecimento de electricidade e água e impedindo a apanha da azeitona no auge da época.

Género e classe

Uma diferença significativa entre as duas insurreições foi o facto de na intifada de 1987 as mulheres rurais terem assumido um papel central, enfren-tando o exército com audácia. O seu empenhamento na causa pode ser avaliado através do rol de mortes: um terço do total das baixas era constituído por mu-lheres (9). A participação das mulheres urbanas foi ainda mais elevada, já que a estrutura patriarcal das aldeias mantinha confinadas à casa algumas mulheres, que em princípio estariam dispostas a vir para a rua enfrentar os invasores.

O papel das mulheres urbanas na intifada foi a vários títulos decisivo para o seu êxito inicial. Foi simultaneamente uma iniciativa espontânea e uma res-posta a um apelo de homens em posições de liderança nacional. Isto assinalou um corte significativo com padrões de comportamento político do passado. Até 1965, a participação das mulheres na política nacional limitara-se na maior parte dos casos às mulheres dos principais activistas. Em 1965, integrada na estrutura geral da OLP, foi criada uma União Geral das Mulheres Palestinia-nas. No entanto, o seu objectivo consistia em supervisionar somente questões «de mulheres», tais como a assistência social e a saúde.

A intifada constituiu uma verdadeira catarse para a política de identidade das mulheres de todos os estratos. Proporcionou-lhes um escape para a sua frustração perante o duplo fardo da sociedade patriarcal e da ocupação israeli-ta. Tal como os homens, as mulheres nos campos de refugiados, nos bairros citadinos e nas aldeias tinham de trabalhar na Palestina e em Israel. Para além de receberem salários mais baixos e serem mais mal tratadas do que os homens no mercado de trabalho, a sua integração no mundo exterior não as desobriga-va de quaisquer das tarefas domésticas tradicionais (10).

Por consequência, já muito antes da intifada existia um incentivo para as mulheres optarem pela politização como meio de mobilização de género. Essa tendência é demonstrada pelo aumento do número de mulheres detidas ou pre-sas sem julgamento, que passou de algumas centenas no início da década de 70 a vários milhares no início dos anos 80. O seu contributo e sacrifício crescentes foram apreciados pelos vários organismos que funcionavam como

liderança nacional. O Lajnat al-Tawjih concedeu às mulheres um lugar nas suas fileiras, enquanto outras organizações, especialmente partidos e facções de esquerda, lhes deram um maior número de lugares.

Na década de 70 as mulheres tinham entrado na política através de organizações de estudantes, elas próprias um fenómeno novo no panorama local. Fora dos territórios, algumas jovens eram já responsáveis por alguns dos actos de guerrilha e terrorismo mais audazes. Num aspecto os ocupantes deram um contributo positivo para o progresso das mulheres: os israelitas revogaram um regulamento jordano de 1955 que proibia a participação das mulheres nas eleições. Quando as autoridades israelitas permitiram a realização de eleições municipais em 1976, incluíram as mulheres no processo. Não existiu um programa feminista por detrás deste acto, cuja decisão coube ao então ministro da Defesa, Shimon Peres. Os seus conselheiros tinham-lhe dito que as mulheres eram um eleitorado conservador e que por conseguinte votariam em políticos pró-jordanos. Na realidade votaram em candidatos nacionais e «radicais». As mulheres não foram somente eleitoras; foram também eleitas como representantes nos vinte e quatro municípios formados nestas eleições.

O seu nível de participação aumentou proporcionalmente à deterioração da condição nacional. Assim, a ascensão do Likud ao poder e a sua ocupação opressiva como nunca antes empurrou um número ainda maior de mulheres para o movimento de resistência nacional. Essa participação ultrapassava as actividades políticas convencionais; incluía as belas-artes, o teatro e actividades mais subis em organizações não governamentais dedicadas à assistência social e à educação.

Nos anos anteriores à intifada, comités de mulheres tomaram público o seu interesse por questões nacionais e de género. O início desta fase de actividade foi o Dia Internacional da Mulher em 1978, apoiado pela ONU, tendo-se o interesse intensificado ao longo da década de 80. Por consequência, é fácil de compreender por que razão as mulheres estavam presentes em todas as fases e aspectos da insurreição: arremessando pedras, organizando greves e formulando políticas diplomáticas na tentativa global de traduzir a intifada num género político.

Em termos de distribuição ocupacional, contudo, a sublevação não revolucionou a vida das mulheres. Uma razão de peso foi a importância que tanto as mulheres como os homens davam à economia doméstica; a necessidade de auto-suficiência em resposta às sanções israelitas sublinhava o papel crucial que as donas de casa desempenhavam no apoio à insurreição. Esta situação ocorria com o total apoio do Comando Nacional Unificado. As mulheres fundavam cooperativas, tanto no exterior como dentro do lar, fornecendo o que podiam manufacturar para colmatar as crescentes sanções israelitas.

As questões da igualdade de géneros na intifada foram também ensombradas pelo papel destacado que o Islão político desempenhou na insurreição. Como o seu impacto na vida em toda a Palestina e Israel transcende a insurreição, será abordado mais pormenorizadamente na conclusão deste livro.

Um outro grupo de palestinos que participou pela primeira vez em actividades nacionalistas foram as crianças e jovens, que pagaram caro a sua participação audaciosa na insurreição. E simultaneamente irónico e trágico que o elevado número de crianças vítimas tenha contribuído para transmitir convenientemente a versão palestina dos acontecimentos à comunidade internacional através dos meios de comunicação electrónicos, fornecendo provas visuais da natureza brutal da reacção israelita.

À semelhança do que aconteceu nos anos 30, os locais de trabalho transformaram-se num campo de batalha. Os trabalhadores palestinos participaram com entusiasmo nesta tentativa colectiva de transformar a natureza da ocupação, vendo nos seus patrões a personificação dos invasores. Contudo, a longo prazo, os trabalhadores revelaram-se menos resilientes do que os agricultores. A sua total dependência dos empregadores impedia-os de optar, como os agricultores, por modos alternativos de existência. No terceiro ano da intifada, a sua energia parecia estar a esvaír-se⁽¹⁾. A sua capacidade de resistência sofreu ainda maior erosão com a desvalorização do dinar jordano no Outono de 1988. Os trabalhadores eram pagos em dinares, e a desvalorização reduziu os seus salários para metade. O Comando Nacional Unificado solicitou aos empregadores palestinos que não procedessem a cortes de salário, e mais tarde pediu-lhes até que os aumentassem, mas sem resultados a longo prazo. A comunidade era demasiado pobre para oferecer um auxílio tão altruísta, e a situação agravou-se com a aplicação por Israel de sanções económicas como parte da guerra contra a intifada. No entanto, embora metade das baixas proviesse das zonas rurais, os trabalhadores, na sua maioria refugiados, tanto homens como mulheres, constituíam a outra metade. Praticamente nenhuns palestinos da classe média tombaram na guerra contra a ocupação⁽²⁾.

O papel da burguesia concentrou-se mais na sustentação de longas greves comerciais. Tal foi conseguido após alguns meses de hesitação da comunidade de comerciantes. A imagem patriótica desta parte da classe média foi ainda melhorada pelo facto de ter desencadado uma revolta fiscal contra os israelitas. Em cada localidade existia um comité de comerciantes, que tomava decisões sobre boicotes à teia de tributações impostas aos profissionais independentes desde o início da ocupação.

Tanto nas cidades como nas aldeias a insurreição foi organizada através de uma rede de comités populares. Estes tinham como modelo os comités na-

cionais da revolta de 1936, mas, ao contrário dos seus antecessores, eram de natureza democrática e não elitista, sendo os seus membros nomeados *ad hoc* pelos habitantes das aldeias ou dos bairros das cidades. O seu carácter fluído impedia os serviços de informações militares israelitas de analisar ou de se infiltrar nas fontes de autoridade ou na estrutura hierárquica. Desde o início da década de 80 que uma organização chamada «enquadramento popular» existia nas zonas rurais, especialmente na Cisjordânia. O enquadramento era constituído por vários comités, como o comité de trabalho voluntário (*lajnat al-ada'imal al-tatawai'*) ou o comité da juventude (*lajnat al-shabab*), que organizavam actividades sociais e um sistema de assistência social nas barbas da administração civil israelita, que se afirmava responsável por esses serviços mas na prática pouco fazia a esse respeito (13).

Nas zonas urbanas, a crise da intifada reactivou os sindicatos como uma força reguladora e organizadora. Ao contrário dos comités populares, os sindicatos tentaram manter contactos regulares com o Comando Nacional Unificado (CNU), que durante a insurreiçao passou a ser a autoridade oficiosa. Inicialmente o CNU era constituído pela camada mais entusiástica dos activistas políticos locais, mas posteriormente veio a ser remodelado segundo o modelo do comité executivo da OLP. A influencia dos sindicatos pode ser deduzida através do elevado número de prisões, sem julgamento, de dirigentes sindicais pelos israelitas durante a intifada.

Por todos os territórios ocupados a insurreiçao foi bem sucedida enquanto a estrutura descentralizada dos comités se manteve intacta. Durante esse período, mais ou menos até ao final de 1988, o Comando Nacional Unificado moderava, mais do que determinava, a actividade. Contudo, a rotinização da insurreiçao resultou num declínio da iniciativa local e num aumento das aspirações centralizadoras e da autoridade auto-creditada do Comando. A meio da insurreiçao, este organismo era constituído principalmente por estudantes radicais, professores universitários e ex-políticos.

Antes de a sublevação fazer um ano, a liderança da OLP, aproveitando-se do seu êxito, produziu um dos documentos palestinos mais importantes desde a Carta da OLP dos anos 60. Tratou-se da Declaração de Independência, anunciada publicamente em 15 de Novembro de 1988 no encontro do CNP em Tunes. Acima de tudo, tratou-se de uma tentativa de reencaminhar a insurreiçao para objectivos palestinos não necessariamente representados na acção política levada a cabo contra os ocupantes israelitas na Cisjordânia e na Faixa de Gaza. O documento afirmava claramente preocupações palestínias antigas e novas tais como o destino dos refugiados, o futuro de Jerusalém e a natureza e fronteiras do futuro Estado palestino. Foi o primeiro documento que se referiu abertamente a um compromisso de respeitar o princípio de igual-

dade entre homens e mulheres no futuro Estado, uma homenagem ao papel determinante desempenhado pelas mulheres na insurreiçao (14).

Este documento tinha outras características. Foi redigido em resposta aos novos requisitos estratégicos da organização, nomeadamente a necessidade de melhorar as relações da OLP com os EUA. O encontro do CNP em Tunes foi precedido por intensas negociações entre a OLP e os EUA, que abriram um novo capítulo nas relações entre a organização palestíniana e aquele país. As negociações resultaram na inclusão de palestínios de considerável reputação internacional, residentes nos Estados Unidos, no corpo diplomático que contribuía para a definição da política da OLP. Em resultado disso, a Declaração de Independência reconhecia a partição da Palestina simultaneamente como um crime contra o povo palestíniano e uma medida necessária para pôr fim ao conflito. A este reconhecimento seguiram-se declarações públicas da OLP sobre o fim da luta armada e o reconhecimento em princípio do Estado de Israel. Mas antes de a OLP ocupar a ribalta, os líderes no terreno nos territórios ocupados tinham já iniciado a sua própria campanha diplomática. Escolheram Jerusalém como base e usaram um hotel, o Orient House, em tempos propriedade da principal família da cidade, os Husaynis, como uma espécie de sede de governo. Aí, a partir de 1989, mantiveram contactos com diplomatas estrangeiros, funcionários do Departamento de Estado e deputados do Knesset, tanto da direita como da esquerda, e acima de tudo tentaram aparecer como governo aos olhos da população. Contudo, tiveram de esperar pelo final da guerra do Golfo de 1990-1991 para terem o seu momento de glória.

Quando Saddam Hussein invadiu o Kuwait, no Verão de 1990, e os EUA reagiram com uma guerra contra ele no início de 1991, a OLP tomou abertamente o partido do líder iraquiano. Esta tomada de posição fez arrefecer as relações da OLP com os EUA, mas simultaneamente chamou a atenção para a acessibilidade e os atractivos da liderança da Orient House aos olhos dos americanos e do campo da paz israelita.

No final da Guerra do Golfo, a questão palestíniana foi abordada numa conferência de paz em Madrid em 1991. Este desenvolvimento teve a sua origem na recusa americana de negociar diplomaticamente com o Iraque, bem como no compromisso dos americanos com o líder sírio, Hafiz al-Asad, de incluir os montes Golan numa discussão num fórum internacional. Esta promessa americana foi feita em troca da participação da Síria, simbólica mas muito significativa, na coligação anti-Saddam na Guerra do Golfo.

Este acontecimento aparatoso não obteve quaisquer resultados. Os avanços num acordo sobre cada uma das áreas em disputa na questão da Palestina dependiam da boa-vontade israelita, inexistente da parte do governo de Yitzhak Shamir, que acreditava que o *status quo* era a melhor estratégia de Israel.

Mas desencadeou um processo diplomático trilateral entre Israel, a Jordânia e o grupo palestino da Orient House, que se desenrolou principalmente em Washington ao longo de 1992, até Rabin substituir Shamir como primeiro-ministro no Verão desse ano. Também por esta altura, iniciaram-se as infrutíferas negociações israelo-sírias sobre os montes Golan, que se prolongaram até à morte de Hafiz al-Assad, em 2000.

Paralelamente à alta política, que, como sempre, criou esperanças de mudança não cumpridas, registou-se uma assinalável tentativa local na Cisjordânia de utilizar o drama político para construir as infra-estruturas de um Estado. Esta tentativa foi iniciada pelas *tawajim* («equipas»), que tinham passado anos na Orient House a planificar profissionalmente todos os aspectos da vida e do governo no seu futuro Estado. Os seus esforços foram ignorados e, tal como muitas outras realizações cruciais dos palestinianos sob a ocupação, foram eclipsados pelo acordo de Oslo e as suas consequências.

O processo de Oslo e depois

O plano de Oslo foi congeminado por israelitas da esquerda sionista. Eram membros do movimento trabalhista mandatados para irem além das posições tradicionais do seu movimento e tentarem obter um acordo com a OLP, baseado numa solução aceitável para os partidos sionistas à esquerda dos trabalhistas. Os negociadores reuniram-se com um grupo de membros pragmáticos do segundo escalão da OLP, residentes em Tunes. Os negociadores palestinianos deslocaram-se a Oslo com base nas resoluções adoptadas pelo CNP, que aceitavam o princípio da partição como base para uma solução do conflito. Esta mudança na posição da OLP reflectia o reconhecimento por Arafat da incapacidade da sua organização para forçar um acordo baseado na criação de um Estado árabe secular na totalidade da ex-Palestina do Mandato. No entanto, a OLP de Arafat continuava a insistir no direito de regresso dos refugiados palestinianos e mantinha-se empenhada na criação de um Estado palestiniano completamente independente, livre de colonatos judaicos, com Jerusalém como capital. Contudo, pela primeira vez na história da OLP, estes pontos eram negociáveis e não dogmas de uma ideologia nacional.

A origem deste novo pragmatismo encontrava-se numa matriz de acontecimentos separados, cada um dos quais enfraqueceu a OLP: o desaparecimento da União Soviética como superpotência apoiante da OLP, o decréscimo da assistência financeira saudita na sequência da posição da OLP relativamente à guerra do Golfo; e o declínio global do estatuto da OLP no mundo árabe em geral, e na Palestina em particular, na sequência da sua evacuação do Líbano

em 1982. Tal como a Declaração de Independência de Novembro de 1988, esta nova atitude foi motivada pela capacidade da intifada de atrair apoio público, tanto no interior como no exterior da Palestina, a um nível nunca anteriormente alcançado pelo movimento de guerrilha da OLP. Acima de tudo, integrava-se num longo processo, iniciado em 1974, que transformou a OLP numa força pragmática no Médio Oriente, usando um misto de força e diplomacia. Finalmente, as eleições israelitas de 1992 desempenharam também um importante papel. A sociedade judaica estava agora disposta a dar uma oportunidade a um governo que declarava abertamente a sua intenção de evacuar terra ocupada. Assim, o documento de Oslo representava o ponto de encontro entre o desejo israelita de compromisso territorial e a disponibilidade da OLP para encetar negociações de paz com base em tal compromisso — mas de forma nenhuma para as concluir.

Apesar do contexto desfavorável no qual a OLP conduziu estas negociações e da posição de superioridade de Israel na correlação de forças entre as duas partes, Oslo pareceu na altura proporcionar uma significativa janela de oportunidade aos líderes do movimento nacional palestiniano. O acordo tomou a forma de um documento apelidado Declaração de Princípios, que foi proclamado em 13 de Setembro de 1993 e assinado no relvado da Casa Branca numa cerimónia que incluiu o típico espectáculo de «paz» americano.

Um observador atento que lesse cuidadosamente os princípios identificaria de imediato a natureza precária do novo acordo. A cláusula 3.ª do artigo 5.º, por exemplo, mostrava claramente por que razão o documento, mais do que pôr fim ao conflito, revelava a sua verdadeira natureza. Esta cláusula enumerava três questões a serem abordadas em futuras negociações, após a aplicação bem sucedida de um acordo interino entre as duas partes: a questão de Jerusalém, o destino dos refugiados palestinianos e o problema dos colonatos judeus nos territórios ocupados. Além disso, a cláusula autorizava cada parte, desde que contasse com o acordo da outra, a apresentar a debate qualquer outro tópico à sua escolha.

A principal concessão da OLP foi ligar a aplicação bem sucedida do período interino com negociações sobre o estatuto final dos territórios e estes três tópicos. O documento especificava os processos para o período interino: uma retirada israelita de Gaza e Jericó, a ser seguida por uma transferência gradual de certas funções civis de Israel para a OLP, e uma retirada final de Israel de todas as cidades e centros habitacionais palestinianos. No final do período seriam iniciadas conversações sobre o acordo final. Este acordo interino foi ditado pelos israelitas e elaborado de acordo com a sua percepção de segurança. Além disso, representava a concepção israelita da natureza e substância do conflito. O acordo somente abordava problemas resultantes da guerra de 1967,